

A menos de um ano da eleição, governo Lula quer reforçar discurso sobre segurança

Após operação no Rio, Planalto busca travar narrativa da oposição e focar em ações concretas

Por **Sofia Aguiar**, Valor — Brasília

02/11/2025 08h26 · Atualizado há um dia

De olho nas eleições de 2026, o governo **Luiz Inácio Lula da Silva** pretende aproveitar a megaoperação no **Rio de Janeiro** para reforçar a imagem de que está atuando no combate ao **crime organizado** — e, ao mesmo tempo, travar uma disputa narrativa com a oposição.

A **segurança pública** é vista como o “calcanhar de Aquiles” da esquerda, por conta disso, o **Palácio do Planalto** quer evitar que o tema se transforme em foco de desgaste à gestão federal, a menos de um ano do pleito presidencial.

A estratégia central é blindar Lula de eventuais crises e ganhar tempo até que surjam desdobramentos mais claros sobre a operação da semana passada, que deixou mais de 120 mortos. Por isso, o presidente deve evitar comentários sobre possíveis inocentes entre as vítimas do episódio e não pretende entrar em confronto direto com o governador do Estado, Cláudio Castro (PL). A orientação, por ora, é enfatizar a necessidade de cooperação entre os entes federativos.

Como as investigações sobre as mortes ainda estão em apuração, a previsão é Lula adotar cautela nas declarações públicas.

O governo teme novo desgaste da imagem presidencial, especialmente depois de o petista ter afirmado que traficantes de drogas são “vítimas de usuários”. A oposição explorou a fala e, horas após a entrevista, Lula teve que se manifestar e dizer que fez uma “frase mal colocada”.

A resposta política do governo à operação será enfatizar ações concretas e propostas legislativas voltadas à segurança pública. Nesse pacote, estão a proposta de emenda à Constituição (PEC) da segurança pública e o projeto de lei (PL) “antifacção”, que foi enviado ao Congresso na sexta-feira (31).

A intenção é mostrar que o Executivo já tomou medidas para fortalecer o combate ao crime organizado, transferindo ao Parlamento a responsabilidade por eventuais entraves.

Apresentada em abril, a PEC enfrenta forte resistência da oposição e de partidos do Centrão. Indicado para relatar a matéria, o deputado Mendonça Filho (União-PE) chegou a dizer que a proposta chegava “natimorta” ao Congresso.

Um dos principais pontos de resistência é a uma suposta subordinação dos governos estaduais às diretrizes federais. Isso porque o texto dá à União a competência para estabelecer diretrizes gerais quanto à política de segurança pública e defesa social, que abrangerá o sistema penitenciário.

Com a repercussão da operação no Rio de Janeiro, o governo acredita que a PEC ganhou fôlego e pretende reforçar a defesa da proposta.

Já o PL antifacção prevê a tipificação penal de “organização criminosa qualificada” e enquadra o crime como hediondo, determinando o início do cumprimento da pena em regime fechado.

Nos bastidores, o Planalto pretende vincular o debate sobre segurança a uma narrativa mais ampla, que buscará ser um dos pilares da campanha à reeleição: o discurso antissistema. A ideia é associar o combate ao crime organizado à luta contra grupos econômicos e políticos que se beneficiariam da criminalidade e da impunidade.

Nas redes sociais, o governo deve intensificar a mensagem de que o enfrentamento à violência deve atingir a “raiz” do problema, ou seja, as estruturas que sustentam o crime organizado.

Para o cientista político **Rafael Cortez**, sócio da **Tendências** Consultoria, o tema da segurança pública continua sendo um dos maiores desafios para o governo e para a esquerda, podendo limitar a recuperação da popularidade do chefe do Executivo observada nos últimos meses. Segundo ele, propostas como a PEC da segurança pública precisam ser bem comunicadas, já que não produzem efeitos imediatos para a população — algo importante no contexto eleitoral.

“Quando a segurança assume o protagonismo no debate público, qualquer manifestação do governo, sobretudo em um ambiente em que ele já parte em desvantagem, tende a ter custo”, analisa Cortez. “Há um risco alto para a imagem do presidente a partir da forma como ele vai eventualmente se manifestar.”